

- REQUERIMENTO** Número / (.^a)
- PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Nos últimos dias, os deputados do PS foram confrontados com um conjunto de notícias que denunciavam a deposição ilegal de resíduos perigosos no Vale da Rosa, concelho de Setúbal, que alegadamente colocam em causa o equilíbrio ambiental do ecossistema, bem como a qualidade de vida das populações.

Estas são queixas que surgem associadas à atividade da empresa Metalimex que, no ano remoto de 1987, importou dezenas de milhares de toneladas de escórias de alumínio e outros materiais, provenientes da Suíça, com o objetivo de as tratar e valorizar, facto que nunca veio a ocorrer.

De facto, através da utilização de um vazio legal, que viria a ser preenchido em agosto de 1990, com a publicação de legislação que veio proibir o transporte transfronteiriço de resíduos perigosos, em Portugal foi criado um passivo ambiental que à data mereceu a ação das entidades competentes, mas cuja possibilidade de não ter ficado cabalmente resolvido ora se coloca.

A localização do referido terreno é atravessada por duas linhas de água, pelo que a possibilidade da contaminação de águas superficiais e subterrâneas a todos constitui motivos de fundada preocupação. Não obstante estarmos perante um problema que há décadas se julgava resolvido, o esclarecimento cabal da situação aos dias de hoje merece o empenho de todos nós.

Salientamos a este propósito a rapidez de atuação do Ministério do Ambiente e da Acção Climática, cujo compromisso público de empenho muito saudamos. De igual modo, tomamos bom registo da celeridade com que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), que prontamente notificou a entidade bancária atualmente proprietária do terreno, da Associação Portuguesa do Ambiente (APA), assim como da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Território (IGAMAOT), que em poucos dias colocou a sua equipa rápida de intervenção a recolher amostras, já submetidas aos laboratórios da especialidade, de modo a que as mesmas seja avaliadas na sua natureza e

perigosidade.

O Grupo Parlamentar do PS, fiel ao seu programa e no respeito pelo seu papel fiscalizador, sempre agiu na defesa do Ambiente e, em particular, no combate às práticas lesivas do mesmo. A preservação dos ecossistemas, da biodiversidade e da qualidade vida das diversas comunidades constituem para os deputados do PS um imperativo de atuação política

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se a V.ª Exa.ª que possa remeter ao XXII Governo da República, por intermédio do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, a resposta às seguintes questões:

1. Está o Ministério que V. Exª tutela em condições de confirmar a real natureza dos resíduos depositados no Vale da Rosa?
2. Foi até ao momento possível determinar se os mesmos são provenientes da operação que ali decorreu no período entre 1987 e 1990 ou se, ao invés, os mesmos têm outra origem?
3. Na sequência do muito já efetuado, em tão curto período temporal, caso se venham a verificar riscos para as populações, que medidas prevê o Ministério do Ambiente e da Ação Climática adotar?

Palácio de São Bento, 22 de junho de 2020

Deputado(a)s

ANDRÉ PINOTES BATISTA(PS)

EURÍDICE PEREIRA(PS)

CATARINA MARCELINO(PS)

MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS(PS)

FILIPE PACHECO(PS)

SOFIA ARAÚJO(PS)

FERNANDO JOSÉ(PS)

CLARISSE CAMPOS(PS)

RICARDO PINHEIRO(PS)

MIGUEL MATOS(PS)

MANUEL DOS SANTOS AFONSO(PS)

JOÃO MIGUEL NICOLAU(PS)

ANA MARIA SILVA(PS)

JOSÉ MANUEL CARPINTEIRA(PS)

JOANA BENTO(PS)

Deputado(a)s

RAQUEL FERREIRA(PS)

ANA PASSOS(PS)

FERNANDO PAULO FERREIRA(PS)